Ata n.º 10/2024 (*)

Aos oito dias do mês de agosto do ano de 2024, às 14:00h., tendo por local a Sala do Fundo de Previdência Social do Município, prédio do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situada na Rua Angelo Fucilini Sobrinho, 496, Centro, na cidade de São Valério do Sul/Rio Grande do Sul, reuniram-se extraordinariamente os membros do **Conselho Deliberativo**, nomeados pela Portaria n.º 22.709 de 13 de dezembro de 2023, juntamente com o Comitê de Investimentos, Gestor, Conselho Fiscal e demais interessados. A reunião teve início no horário previsto, conforme convocação prévia, e com suficiência de quórum, na presença dos membros titulares Andrelandia Soares da Silva, Deise Fernanda Costella, Guilherme Mateus Ribeiro e Larissa Fatima Dal Piaz Danelli Backes. Registra-se a participação virtual da representante da empresa Referência Gestão e Risco, Senhora Núria Broll. A pauta a tratar será a seguinte: apreciação do relatório do primeiro semestre de 2024/análise da aderência da gestão dos recursos do RPPS; apreciação dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstrações das variações, receitas e despesas do primeiro semestre de 2024 e apreciação dos regulamentos para o Censo Cadastral Previdenciário e Prova de Vida 2024. Nos termos regimentais a Presidente promoveu a abertura da reunião, declarou iniciados os trabalhos e na sequência, após a leitura da ata da reunião nº 09/2024 a mesma foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Com a palavra o Gestor Jandir passou a explanar sobre o relatório fazendo uma introdução ao tema rememorando a política de investimentos do presente exercício. Em seguida apresentou quadro dos rendimentos do primeiro semestre de 2024 que foi de R$ 881.319,08, enfatizando que a competência maio teve o melhor rendimento ao RPPS, perfazendo em reais o valor de R$ 238.055,05. Em seguida demonstrou quadro ilustrativo com a composição da carteira sendo que o montante do capital do RPPS apurado em 30.06.2024 foi de R$ 24.203.819,73, investido em fundos de investimentos e em conta corrente. Demonstrou ainda quais as instituições que a compõem e o valor alocado em cada banco, sendo que a maior parte se encontra junto a CEF no valor de 14.391.491,79, seguido pelo Banrisul no valor de R$ 5.447.469,26. Já no Sicredi encontram-se aplicados o valor de R$ 2.549.553,48 e no Banco do Brasil o valor de R$ 1.809.489,35. Foi relatado que a meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2024 determinada na PI foi de (IPCA+5,25%) e que o RPPS em 30.06.2024, obteve uma rentabilidade acumulada de R$ 881.319,08 o que equivale a 73,79% da meta da PI para o primeiro semestre. Registra-se que o RPPS conseguiu 3,79% no exercício e a meta foi de 5,14% e que no primeiro semestre a carteira permaneceu mais protegida em função de que predominou o DI na carteira. Já em relação ao DAIR foi relatado que durante o semestre os investimentos do RPPS se mantiveram enquadrados e sem apontamentos na parte de limites em percentuais. Foi frisado que em monitoramento da política de investimentos neste primeiro semestre não se fez necessário promover nenhuma alteração na redação da PI e nem nos percentuais de limites superiores dela, pois o RPPS busca otimizar a alocação de seus recursos de acordo com o perfil de risco e retorno esperado, sempre alinhado aos interesses de longo prazo dos seus beneficiários. Na sequência, com a palavra a representante da Referência Gestão e Risco apresentou um resumo do comportamento do mercado financeiro durante o primeiro semestre de 2024, onde destacou a necessidade de adotar cautela nos investimentos tendo em vista o crescimento moderado, arrefecimento da inflação em nível internacional e no cenário doméstico o semestre foi marcado por bastante turbulência entre Governo, Congresso e agentes do mercado financeiro. Os EUA se mantiveram como grande polo de atração de capitais em razão das taxas de juros relativamente elevadas e a atividade econômica resiliente, fazendo com que esse movimento externo fortalecesse o dólar amplificado, no Brasil, por questões fiscais e políticas, levando ao desempenho mais desfavorável de nossos ativos. Somados a isto estão os gastos obrigatórios que cresceram muito acima do projetado pelo governo e apoio às enchentes no Rio Grande do Sul. A falta de medidas viáveis para colocar um freio na trajetória insustentável dos gastos públicos inviabilizou que um cenário mais favorável se concretizasse para ampliar os rendimentos do FPSM. A China demonstrou recuperação econômica irregular com estímulos pontuais e mais vulneráveis, como o imobiliário. O PIB foi abaixo das estimativas, os serviços recuaram, a indústria por sua vez, ficou em terreno contracionista e a a inflação em patamares bem baixos ao das principais economias indicando que há um desequilíbrio entre oferta e demanda na segunda maior economia do mundo. Nos EUA, a atividade econômica seguiu resiliente, manteve a economia aquecida apesar da desaceleração no primeiro trimestre. O PIB cresceu e o mercado de trabalho segue em expansão, apesar da política monetária contracionista que contribuíram para o declínio da inflação. Já taxa de desemprego aumentou ligeiramente e os juros mantiveram-se inalterados em suas últimas decisões. Na

Zona do Euro o Banco Central Europeu reduziu os juros sendo o primeiro corte desde setembro de 2019 e a inflação ao consumidor subiu conforme as expectativas reforçando a necessidade de cautela na condução da política monetária na zona do euro. No Brasil, o semestre foi marcado por bastante turbulência entre governo, congresso e agentes do mercado financeiro, sendo que nesse contexto, a escalada da taxa de câmbio junto com o deslocamento da curva de juros para cima, são sinais claros de preocupação com a trajetória da economia brasileira. No cenário externo, a moeda dólar está forte e se mantendo como grande polo de atração de capitais, fruto de taxas de juros relativamente elevadas e atividade econômica resiliente. Esse movimento de fortalecimento do dólar foi amplificado, no Brasil, por questões fiscais e políticas, levando ao desempenho mais desfavorável de nossos ativos. Frisa-se o mau humor nos mercados caracterizado pela aparente falta de apetite para enfrentar mais diretamente a trajetória insustentável das contas públicas. Os gastos obrigatórios cresceram muito acima do projetado pelo governo e somado a isso estão os gastos em apoio ao Rio Grande do Sul. A falta de medidas viáveis para reduzir os gastos públicos inviabiliza um cenário mais favorável ao FPSM. O PIB avançou no primeiro trimestre de 2024. O setor de serviços puxou essa variação positiva, com alta principalmente devido às contribuições do Comércio, de Informação e Comunicação e de outras atividades de serviços. A Agropecuária cresceu e a indústria registrou uma pequena variação negativa que é considerada estabilidade. Observa-se um crescimento do consumo das famílias e o aumento dos investimentos, alavancados pelo aumento na importação de bens de capital, no desenvolvimento de software e na construção. No que tange a inflação o IPCA acumula variações de 4,23% nos últimos 12 meses. Já quanto a questão dos juros ao longo do primeiro semestre, a taxa Selic foi reduzida de 11,75% para 10,50% que a partir do consenso estabelecido na última reunião do COPOM, o mercado passou apostar na manutenção dos atuais 10,50% até o final do corrente exercício, com novas reduções dos juros domésticos sendo previstas apenas em 2025, com a taxa sendo projetada em 9,50%. O desempenho da Renda Fixa foi marcado pelas incertezas e aversão ao risco ao longo do primeiro semestre especialmente pela alteração das expectativas pelo governo que alterou a meta fiscal para 2025, impactando de maneira decisiva os rumos do segmento no semestre. Assim, títulos de curto prazo se sobressaíram frente aos ativos de maior prazo. O indicador IMA-Geral, fechou o semestre com variação positiva. E a renda variável foi de frustações no mercado durante o primeiro semestre se comparadas as expectativas do final de 2023 que eram otimistas. Analistas esperavam que os juros começassem a cair nos Estados Unidos e seguissem em trajetória de queda no Brasil, a bolsa decolaria e a renda variável voltaria ao foco dos investidores. Seis meses depois, não foi o que aconteceu. O ciclo de cortes da Selic parou, o Ibovespa acumula queda, com destaque para a saída de capital externo, a reversão de expectativas do comportamento dos juros norte-americanos, a manutenção da Selic, cenário fiscal conturbado e revisão do governo federal da projeção do resultado primário deste ano que passou a projetar um déficit ainda maior do que o previsto inicialmente: de R$ 14,5 bilhões. Finalizou frisando que pelo acompanhamento mensal efetuado por parte do Gestor, Comitê de Investimentos e Conselhos, a parte dos investimentos versus a meta versus o enquadramento da PI no primeiro semestre do ano de 2024, foram atendidas conforme as normas em vigor e que durante a gestão de recursos do RPPS e não se verificaram deficiências e irregularidades no período. Após a explanação foi aberto espaço para questionamentos e considerações. O Gestor informou que os documentos e relatórios estão disponíveis para consulta nas fontes indicadas e no FPSM. Ressaltou que o RPPS buscou novos ativos para compor a carteira de investimentos, analisando com cuidado a liquidez e o passivo da carteira conforme orientado com a Referência Gestão e Risco. Registra-se que ao concluir, a Presidente agradeceu ao Gestor Jandir e a Núria pelas informações e direções que o FPSM deverá seguir para o segundo semestre. Após esclarecidas as dúvidas a Presidente colocou os relatórios da pauta em votação que, por unanimidade, foram aprovados pelos membros do Conselho e com Parecer Favorável. Sem mais a tratar e atendido o proposto na pauta, a Presidente declarou a reunião encerrada cuja ata foi por mim lavrada e assinada, seguida dos demais Conselheiros e presentes. São Valério do Sul/RS, em 08 de agosto de 2024.

_____

_____

_____

_____

(*) Esta ata não substitui o documento original arquivado junto à Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).